

Os anos Uribe na Colômbia: Segurança interna e aliança estratégica com EUA na construção do Estado-nação

Rafael Duarte Villa e Manuela Trindade Viana

Álvaro Uribe representou um projeto conservador de reconstrução do Estado colombiano, cuja debilidade resulta da ação contínua de fatores desgastantes como a corrupção, o narcotráfico, a exclusão social e um conflito que já se estende por mais de quatro décadas no país. Os índices de aprovação de Uribe obtidos em seu primeiro mandato ilustram a percepção positiva da população colombiana com relação à disposição do presidente eleito em trabalhar com dedicação a fim de resolver os problemas do país, principalmente o problema da violência. Sua reeleição em 2006, por sua vez, simboliza o respaldo amplo da população às medidas de segurança empreendidas por Uribe, ainda que esta seja aplicada em detrimento do respeito às liberdades civis dos colombianos e dos direitos humanos. Mais do que isso, ambos os resultados eleitorais - 2002 e 2006, com maior ênfase em 2006 – significaram uma opção dos eleitores colombianos em aceitar as propostas de segurança apresentadas por Uribe às propostas relativas ao aprofundamento da democracia no país.

Palavras-chave: Colômbia; Uribe; política de segurança, eleições 2002-2006.

Alvaro Uribe represented a conservative project of reconstruction of the Colombian state, whose weakness results from persistent stressful factors such as corruption, drug trafficking, social exclusion, and a civil conflict that lasts a span of more than four decades. Approval ratings obtained by President Uribe's in his first term in office suggests a positive perception from the Colombian public opinion regarding the President's willingness to solve the problems of the country, particularly violence related issues. His reelection in 2006, for its turn, reflects the population's approval of the security measures adopted by Uribe, despite the disregard for civil liberties and violations of human rights derived from their implementation. Both 2002 and 2006 elections – especially the latter – represented the Colombian citizens' choice in favor of policies directed to deal with security matters over the entrenchment of democratic practices in the country.

Keywords: Colombia; Uribe; security measures; 2002-2006 elections.

O contexto político da emergência de Uribe

“Bolívar e Santander prefiguram nossa identidade política como Nação. O primeiro encarna a idéia de ordem e autoridade. ... O segundo representa o império da lei que garante a segurança e as liberdades. A ordem para a liberdade mediante a autoridade democrática da lei: eis o binômio ético-político que

Rafael Duarte Villa é professor Livre-docente do Departamento de Ciência Política da USP e Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP.

Manuela Trindade Viana é mestre pelo Departamento de Ciência Política da USP e doutoranda do Instituto de Relações Internacionais da PUC-RJ.

sustenta a continuidade histórica de nossa Nação e outorga sentido a nossa institucionalidade!”¹. Foi dessa forma que Álvaro Uribe anunciou os ideais de seu governo quando da cerimônia de posse como presidente da Colômbia, em 7 de agosto de 2002. Está presente, nesse excerto, seu ideal de Estado para um país que, há mais de quarenta anos, vivencia um conflito armado. Mais do que isso, está presente a idéia da constituição de um Estado nacional no mais amplo sentido weberiano do termo, feito que, até hoje, não foi atingido plenamente por nenhum estadista colombiano. Nesse sentido, a tese deste artigo é que Uribe representa uma proposta de formação de um Estado nacional colombiano a partir da visão do novo conservadorismo emergente no país, do qual Uribe é a expressão mais visível.

Do início de 1990 até março de 2002, foram mortos

37.000 colombianos em decorrência do conflito interno, o qual também produziu, de 1985 a 2002, cerca de 2.900.000 deslocados internos no país (CODHES, 2003). Apesar da longa duração do conflito armado na Colômbia, das inúmeras vidas perdidas e dos incalculáveis danos nas esferas social, política e econômica do país, a segurança interna só se tornou prioridade na agenda política dos candidatos à Presidência em 1998, quando Andrés Pastrana foi eleito.

Sua estratégia se baseava na flexibilização das exigências mútuas, na expectativa de que isso gerasse avanços nas negociações. Embora Pastrana tenha logrado a liberação de aproximadamente trezentos soldados e policiais como resultado de um acordo humanitário, a desconfiança entre os grupos, do governo e da guerrilha, fez com que nenhuma das partes se dispusesse ao cessar-fogo antes que a ou-

Uribe representa uma proposta de formação de um Estado nacional colombiano a partir da visão do novo conservadorismo emergente no país.

tra. A resultante disso foi uma negociação letárgica e frágil, em que as partes traíam as confianças mútuas, recorrendo com frequência às armas. O sentimento de fracasso de Pastrana só se tornou evidente em fevereiro de 2002, último ano de seu mandato, quando as FARC seqüestraram um avião comercial e fizeram todos os passageiros, inclusive o presidente da Comissão de Paz do Congresso, reféns. No mesmo dia, Pastrana anunciou, em rede nacional, sua decisão de pôr fim ao processo de paz.

Fracassado o processo de negociações levado a cabo pela gestão de Pastrana, Álvaro Uribe ascendeu ao poder com o propósito de reunificar um país politicamente fragmentado. Já na campanha presidencial de 2002, seu discurso se contrapunha frontalmente às diretrizes gerais da política para a paz de seu antecessor. Na esteira dos acontecimentos que sucederam o 11 de setembro, Uribe posicionou-se contrário ao diálogo para a paz promovido por Pastrana e alinou-se ao discurso das lideranças dos EUA, passando a enquadrar os grupos insurgentes como terroristas, e não como resultado de um quadro sócio-econômico e sócio-político desfavorável.

No contexto do segundo mandato do presidente Uribe, é interessante compreender alguns fatores-chave que o conduziram ao poder na Colômbia e que tornaram positiva a avaliação do eleitorado com relação aos quatro primeiros anos de governo, o que se refletiu em sua re-eleição, em 2006, com 62% dos votos válidos ².

Desgaste dos partidos

Um dos fatores que contribuiu para o destaque da liderança de Uribe foi o desgaste sofrido pelos partidos na Colômbia, feito este que é parte de uma dinâmica geral nos países andinos. Nessa região, as promessas não cumpridas da democracia tiveram um desgaste imenso sobre as antigas maquinarias partidárias, as quais se mostraram incapazes de gerar respostas eficazes às pressões advindas dos déficits sociais, gerados por décadas, e às demandas por democratização. Isso levou à incorporação de novos grupos sociais, caso dos indígenas ou movimentos organizados em saúde, moradia, terra e, de outro lado, à constitucionalização de novos direitos, como consumo e meio ambiente ou também a problemas de violência política, como é o caso da Colômbia. A resultante tem sido que os partidos políticos tradicionais passaram a ser enxergados pelas populações sul-americanas como responsáveis pelo crescente aumento da pobreza. Não por acaso, o Relatório sobre a Democracia na América Latina do PNUD aponta os partidos políticos como um dos atores que menos confiança suscita nas populações sul-americanas (ver Tabela 1).

Os partidos políticos foram, sem dúvida, a instituição mais visível das elites políticas que governaram os países da América do Sul nos últimos 50 anos. Desde finais da década de 1990, assiste-se a um movimento quase generalizado de enfraquecimento das organizações políticas tradicionais e à aposta nas novas lideranças. Como coloca Jiménez, “À medida que a desaprovação dos partidos do status foi canalizada originalmente por forças ‘políticas inovadoras’, a estratégia destas últimas incorporava o sentimento de frustração do eleitorado que começava a sofrer o desengano da promessa democrática” (2001, p. 68; tradução nossa).

Dada essa situação, um rápido balanço é suficiente para constatar que os partidos políticos tradicionais têm sofrido um desgaste forte em quase todos os países sul-americanos, à exceção de Brasil e Chile, e de alguma maneira a Argentina, sendo que o maior desgaste se faz sentir na região andina. Na Venezuela, a ascensão de Hugo Chávez ao poder significou o enfraquecimento a níveis mínimos do espaço político dos dois partidos tradicionais, Acción Democrática e Copei, que chegaram a somar mais de 90% dos votos dos eleitores venezuelanos.

No Equador, o descontentamento social com partidos como Democracia Cristã, Esquerda Democrática e Partido Social-Cristão levou a que, em finais de 90, surgissem partidos como o populista Sociedad Patriótica 21 de Enero, que conduziria Lucio Gutierrez ao poder, e um partido representante dos setores indígenas como o Pachakuti -

Tabela 1**Índice de Confiança em Instituições e Atores Políticos por Região**

Região	Confiança em Instituições					Confiança em Atores			
	Poder Judiciário	Governo	Municípios	Congresso	Índice	Gente que Governa	Partidos Políticos	Índice	Índice de Confiança em Instituições e Atores
Centro-América e México	2,10	2,09	2,19	1,95	2,08	2,23	1,69	1,96	2,02
Região Andina	1,85	1,83	2,03	1,80	1,88	2,15	1,55	1,85	1,87
Mercosul e Chile	1,89	1,81	2,14	1,85	1,92	1,94	1,54	1,74	1,82
América Latina	1,96	1,93	2,12	1,88	1,97	2,12	1,61	1,86	1,91

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatório A Democracia na América Latina, Anexo Compilação Estatística, (2004b).

Nuevo País (MUPP-NP). Na Bolívia, partidos como o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), fundado nos anos 50 por Paz Estenssoro, perdeu muita força eleitoral na virada do século, e seu espaço político foi ocupado por novas forças, a exemplo do Movimiento al Socialismo (MAS) de Evo Morales.

Na Colômbia, esse processo não foi diferente. Desde o surgimento dos dois partidos tradicionais do país (o Partido Conservador, em 1848, e o Liberal, em 1849), as disputas pelo poder no Estado colombiano foram protagonizadas pelas elites políticas filiadas a esses partidos. Em finais do século XIX, o sistema bipartidário colombiano entrou em colapso, devido ao profundo conflito travado entre os dois grupos, culminando na Guerra dos Mil Dias (1899 a 1902), a qual causou cerca de 100.000 baixas. Os conservadores acabaram vitoriosos no conflito, e os termos da negociação previam a participação simultânea dos dois partidos, com uma maioria conservadora, de modo a garantir o controle sobre a presidência. Essa relação de poder sofreu uma forte deterioração, principalmente a partir de 1930, devido às expressões violentas da disputa desses dois partidos pelo poder, o que conduziu ao início do conflito conhecido como La Violencia (1948-1957)³.

Em 1958, o fim do governo militar de Rojas Pinilla marcou o início da Frente Nacional (1958-1974)⁴, período durante o qual os Partidos Liberal e Conservador alternavam-se na Presidência a cada quatro anos e dividiam proporcionalmente a burocracia estatal. A dominação desses partidos sustentava-se sob a aparência de uma ordem institucional, que, num delicado equilíbrio, convivia com o conflito armado, a corrupção, a impunidade e a dura re-

pressão aos protestos de questionamento dessa prolongada dominação. Nesse sentido, afirma Giraldo:

“Apesar de ter sido o início da conciliação dos interesses dos partidos tradicionais e da paz entre estes, este período teve como principais conseqüências a despolitização da sociedade, a ruptura progressiva das relações entre o Estado e a sociedade, a exclusão de terceiras forças políticas que representavam uma tentativa de oposição ou de criação de novos partidos, o crescimento do fenômeno da abstenção, a aparição das guerrilhas e a debilitação das estruturas partidistas” (2007, p. 126)

Essa dinâmica institucional entrelaça-se com a ascensão do crime organizado, cujos recursos e interesses operam no plano da institucionalidade. O envolvimento de agentes do narcotráfico com a política, notório principalmente a partir de finais da década de 1970⁵, é reflexo de alianças das elites colombianas das áreas de maior incidência de violência política com milícias armadas que as protegiam – nomeadas, posteriormente, de paramilitares. Tal prática resultou na promoção de paramilitares a postos políticos, em troca de segurança nas propriedades dessas elites, o que contribuiu para a associação do nome dos dois principais partidos à violência, ao narcotráfico e ao paramilitarismo⁶. Atualmente, estima-se que cerca de 35% dos membros do Legislativo estejam envolvidos diretamente com o paramilitarismo⁷.

É somente no final da década de 1980 que o bipartidarismo colombiano se defronta com a tentativa de emergência de novos partidos à arena política, processo que encontrará respaldo na reforma constitucional de 1991, respon-

sável por mudanças nas instituições políticas colombianas vigentes há quase duas décadas. No que diz respeito aos partidos políticos, o artigo 107 da referida Constituição determinou que todos os colombianos têm o direito de fundá-los, organizá-los e desenvolvê-los, da mesma forma que possuem a liberdade de se afiliar ou se retirar deles. Além disso, a Constituição também definiu as regras básicas do processo eleitoral, o qual passou a ser inspecionado e organizado pelo Conselho Nacional Eleitoral; e definiu os cargos cujos representantes seriam eleitos por voto direto⁸.

Em decorrência disso, a Colômbia presenciou um grande aumento no número de partidos e movimentos políticos, os quais chegaram a totalizar 61 (Registraduría Nacional Del Estado Civil, 2006)⁹. De modo geral, os motivos que levaram à formação desses grupos podem ser considerados conjunturais: eles resultaram de um espaço criado artificialmente pela constituição de 1991 e representam diferentes tendências sociais e ideológicas, mas foram incapazes de instalar-se com força no sistema de partidos.

Também, é importante observar que o advento dessas novas regras, associado aos processos de paz que ocorreram de 1980 a 1991, permitiram a incorporação à arena política de membros das guerrilhas Movimento 19 de Abril (M-19), Exército Popular de Libertação (EPL) e Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), reunidos no partido Alianza Democrática M-19, além de mem-

brianos passou de 29,08% em 1997 a 10,01% em 2002.

A fragmentação partidária na Colômbia, a má gestão de muitos governos e a quebra de expectativas de solução dos problemas estruturais do país através da reforma política de 1991 fizeram com que muitos colombianos depositassem maior confiança em lideranças personalistas do que em partidos.

Pode-se dizer que Uribe se beneficiou desse contexto do desgaste dos partidos na Colômbia. Dissidente do Partido Liberal¹² desde os primórdios de sua trajetória política, Uribe organizou sua candidatura para as eleições presidenciais de 2002 sob o nome do movimento Primero Colombia. Este caracterizava-se, acima de tudo, pela extrema heterogeneidade política entre seus integrantes, os quais provêm do Partido Liberal e do Conservador. A partir da vitória de Uribe nas eleições de 2002, essa coalizão passou a ser chamada de “bancada uribista”, uma vez tendo apoiado o presidente na maioria dos projetos pelo Executivo. No entanto, esse apoio não se mostrou constante. Exemplo emblemático disso foi o fato de diversos congressistas terem criado seus próprios movimentos (como o Nuevo Partido e o movimento Colômbia Viva) às vésperas da aprovação da Reforma Política de 2003, levada a cabo pelo presidente. Por esse motivo, alguns analistas afirmam que o único fator que une facções tão diferentes é a própria figura do presidente Álvaro Uribe (Bleier & Arévalo, 2004, p. 64).

Os partidos políticos tradicionais têm sofrido forte desgaste em quase todos os países sul-americanos, à exceção de Brasil e Chile, e de alguma maneira a Argentina, sendo que o maior desgaste se faz sentir na região andina.

bros desmobilizados das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), através do partido União Patriótica (UP). Contudo, ao adquirirem visibilidade política, centenas de membros desses grupos – incluindo dois candidatos presidenciais – foram assassinados em finais da década de 1980¹⁰.

Às práticas recorrentes de violência política, somou-se o descontentamento generalizado da população colombiana com relação à política. As expectativas de que a ampliação da arena política promovida pela Constituição de 1991 resolveria muitos dos problemas do país se defrontaram, ao longo da década de 1990, com o recrudescimento do conflito armado, além da ausência de melhoras substanciais nas esferas social, econômica e política. O resultado disso foi o desgaste do sistema democrático e dos partidos políticos. Com efeito, de acordo com o Latinobarômetro 2002¹¹, a porcentagem de confiança nos partidos colom-

A trajetória eleitoral e política de Uribe

As eleições presidenciais de 2002 assinalam uma mudança interessante na vida política da Colômbia, na medida em que foi a primeira vez que um candidato não pertencente ao Partido Conservador ou ao Liberal saiu vitorioso das eleições para a Presidência da Colômbia já no primeiro turno. Embora de origem liberal, Uribe elegeu-se pelo Primero Colombia, movimento dissidente do Partido Liberal (o qual tinha o candidato concorrente à Presidência, Horacio Serpa Uribe).

Outro diferencial dessas eleições em relação às anteriores foi o fato de não ter contado com um candidato representante do Partido Conservador. Juan Camilo Restrepo, ex-ministro da Fazenda, havia sido escolhido para fazê-lo, mas renunciou à tarefa diante da falta de consenso dentro do partido. Sem um candidato próprio, restou ao Partido Conservador a opção estratégica de respaldar Álvaro Uribe, que já liderava as pesquisas de intenção de voto à época. Apesar de ser um dissidente liberal, a proposta de Uribe de resgatar a autoridade e a ordem para o Estado colombiano se alinhava às linhas do Partido Conservador.

Cabe destacar dois fatores que, certamente, contribuíram para que os eleitores colombianos depositassem no dissidente Álvaro Uribe Vélez a confiança que o elegeria por duas vezes presidente daquele país: sua trajetória política e seu perfil, que serão analisados a seguir.

Trajetoária política

Álvaro Uribe Vélez (04/07/1952) afirma ter herdado de sua mãe, Laura Vélez, a veia política (Revista Semana, edição 1108, 27 jul. 2003). Ela foi vereadora pela cidade de Salgar e militou pelo direito feminino ao voto. Seu pai, Alberto Uribe Sierra, foi assassinado em 14 de junho de 1983, durante uma tentativa de seqüestro das FARC em Antioquia.

A trajetória política de Uribe teve início já em 1976, quando foi Chefe de Bens das Empresas Públicas em Medellín. Sua projeção política ocorreu em 1982, ao assumir a Prefeitura da mesma cidade.

Entretanto, é o período 1995-1997, quando foi eleito governador de Antioquia, que nos fornece elementos mais esclarecedores no que se refere à sua linha política. Muitos deles, inclusive, podem ser interpretados como embriões de futuras políticas do programa de governo de Uribe, apresentado nas eleições presidenciais de 2002.

Um exemplo emblemático disso foram as chamadas CONVIVIR, definidas como associações de segurança regional, constituídas por cidadãos, implementadas ao longo de seu governo em Antioquia. Estas tinham como objetivo reportar ao Exército e à Polícia a presença de delinqüentes ou guerrilheiros. O agravamento do conflito em algumas regiões fez com que o então ministro do interior, Horacio Serpa, autorizasse o porte de armas defensivas a algumas das 48 CONVIVIR instaladas no departamento¹³ de Antioquia.

Originalmente apenas uma rede de informantes, essas associações adquiriram, ao longo dos anos, uma função de auto-defesa destituída de mecanismos estatais de controle de abusos dessa prática. O Escritório da ONU para Direitos Humanos na Colômbia, a Anistia Internacional, a então prefeita de Apartadó (município do departamento de Antioquia), Gloria Cuartas, além de outros atores, criticaram publicamente os excessos das CONVIVIR e convidaram Uribe a replanejar sua estratégia. Contudo, Uribe não somente ignorou o pedido, como aprofundou as CONVIVIR em Urabá¹⁴.

Mais do que isso, alguns críticos alertam que tais associações de segurança facilitaram o crescimento de paramilitarismo em Antioquia. Com efeito, a prefeita Cuartas, que vinha desenvolvendo um experimento fundamentado

em investimentos sociais em Apartadó, critica: “Sempre [Uribe] defendeu o Exército acima de tudo. A administração de Uribe facilitou o paramilitarismo através de medidas como as CONVIVIR e a declaração de Urabá como zona especial de ordem pública” (Revista Semana, edição 1047, 26 mai. 2002).

Com a agudização do conflito em algumas das regiões de Antioquia, Uribe criou redes de informantes das quais faziam parte fundamentalmente cidadãos colombianos. Essas redes constituirão, anos depois, um dos eixos da Política de Segurança Democrática, chegando a envolver cerca de um milhão de colombianos (ICG, 13 nov. 2003). Essa linha de política, comum em algumas de suas gestões, foi alvo de diversas críticas, por vincular cidadãos à Força Pública e por não embutir mecanismos que evitassem a utilização dessas redes para fins pessoais.

Para além das políticas implementadas ou apoiadas por Uribe ao longo de sua carreira política, é inegável que seu estilo de governo e sua obsessão pelo trabalho contribuíram para a construção da imagem de um líder determinado a resolver os problemas do país.

Seu estilo de governo é regido pela crença de que a confiança da população colombiana nas instituições políticas do país pode ser recuperada através do estabelecimento de relações próximas entre governantes e governados. É nesse sentido que, já em seu primeiro ano de governo, Uribe criou os chamados “conselhos comunitários”: aos sábados, Uribe percorre municípios e consulta as populações locais a respeito de suas demandas e expectativas.

Esta e outras iniciativas governamentais passaram a ser transmitidas em rede nacional (pelo canal oficial, Sinal Colombia), com o objetivo de difundir a imagem de boa vontade e esforço do mandatário para enfrentar os desafios de seu governo. Este também foi o caso do balanço de governo apresentado ao final de seu primeiro ano de mandato: Uribe e os membros de seu gabinete apresentaram, durante cerca de 14 horas, resultados da gestão, além de responder perguntas enviadas pelo público via Internet ou telefone. Essa postura de dedicação refletiu-se em suas afirmações: “Quando se vai cumprindo as metas, sente-se alívio de consciência. Eu não diria orgulho, mas sim alívio de consciência. A única coisa que faz com que eu me sinta bem é a satisfação de dever cumprido. Fazer as coisas bem é a única coisa que defende alguém quando os resultados não são bons” (Revista Semana, edição 1108, 27 jul. 2003).

No plano da segurança, Uribe nomeou-se o “primeiro soldado da Colômbia”, o que certamente impingiu expectativas sobre os eleitores de que sua gestão seria uma espécie de “mandato de sobrevivência”, cuja maior responsabilidade era resgatar um país extenuado por um conflito de

longa duração (Ulloa, 2003, p. 100).

“Como resultado, e em contraste com os baixos níveis de popularidade e governabilidade que, por diferentes razões, tiveram seus antecessores Ernesto Samper e Andrés Pastrana, Uribe projetou as imagens de que ‘há presidente’, ‘o país avança’ e ‘há solução’” (PARDO, 2004, p. 3).

Campanhas políticas e resultados das eleições

Denominado “Manifesto Democrático”, o plano de governo de Uribe possuía 100 pontos, dentre os quais se destacavam: i. a reforma política e administrativa; ii. a luta contra a corrupção; iii. a revolução educativa; e iv. e o que Uribe chamou de segurança democrática.

No que diz respeito à reforma política, Uribe pretendia, principalmente, reduzir o número de cargos públicos, política que já havia implementado quando governador de Antioquia¹⁵.

Diretamente vinculada ao princípio de resgate da autoridade do Estado colombiano, é a disposição de Uribe em combater a corrupção. Com efeito, o candidato definiu como um dos grandes lemas de sua campanha presidencial “la lucha contra la politiquería y la corrupción”. Ao identificar no Congresso e nos políticos o centro das práticas de corrupção, adotou um discurso anti-parlamentário, visando chamar para si a responsabilidade do governo, através da realização de referendos¹⁶ e do exercício de um “presidencialismo forte” (Sanin, 2004). A posição inflexível adotada por Uribe frente às práticas corruptas encontra, em parte, êxito em sua contraposição aos escândalos da década de 1990, quando o então presidente eleito Ernesto Samper foi acusado de ter sua campanha financiada pelo cartel de Cali. No entanto, essa proposta foi maculada em finais de 2006 e inícios de 2007, quando lhe foram direcionadas acusações de que sua campanha eleitoral de 2002 teria sido financiada por paramilitares.

Por “revolução educativa”, Uribe entendia o aumento do número de escolas primárias e secundárias e o fortalecimento da relação empresa-universidade. De acordo com Uribe, é necessário incentivar a criatividade empresarial dos estudantes para que

seus projetos sejam apoiados pelas pequena e média empresas. Também, Uribe pretendia aumentar os incentivos à pesquisa científica, passando de 0,6 a 1,0 a porcentagem do PIB colombiano direcionado a esta atividade.

Para as eleições presidenciais de 2002, apresentaram-se 11 candidatos, dos quais apenas 4 receberam atenção da opinião pública: além de Uribe, concorreram à presidência Horacio Serpa Uribe, Luis Eduardo Garzón e Noemi Sanin. Da mesma forma que Uribe, seus planos de governo também enfatizavam a necessidade de reforma do Estado, o combate à corrupção e ao desemprego. Contudo, foi, em grande medida, a ênfase que Uribe depositou sobre a questão da segurança que tornou sua campanha vitoriosa. Assim, os resultados eleitorais de 2002 (ver Tabela 2) ilustram, mais do que qualquer coisa, uma aposta dos eleitores colombianos nas propostas de segurança apresentadas por Uribe.

Em dezembro de 2004, o Congresso colombiano aprovou a emenda constitucional para tornar possível a reeleição de Uribe. Um dos pontos polêmicos do debate em torno da emenda constituiu a rejeição da proposta para se pôr fim à proibição de que prefeitos e governadores se candidatem à presidência enquanto seus mandatos estiverem vigentes. Com isso, foi excluído da competição eleitoral de 2006 o então prefeito de Bogotá, Luis Eduardo Garzón, do Pólo Democrático Independiente (PDI), que havia ficado na terceira colocação nas eleições presidenciais de 2002 e que seria, com grandes chances, indicado pelo partido para o pleito de 2006. Assim, o PDI se uniu à Alternativa Democrática e lançou Carlos Gaviria Diaz como candidato da coalizão de esquerda – Pólo Democrático Alternativo (PDA)¹⁷.

Nas eleições de 2006, Uribe obteve 62,35% dos votos já no primeiro turno. Se sua vitória em 2002 significou uma aposta do eleitorado em seu projeto de segurança para o país, os resultados eleitorais de 2006 (ver Tabela 3), podem ser interpretados como o respaldo desse eleitorado à PSD,

Tabela 2
Resultados das eleições presidenciais de 2002

Candidato	Votos	Votos válidos (%)	Partido ou Movimento
Álvaro Uribe Vélez	5.862.655	53,048	Primero Colombia
Horacio Serpa Uribe	3.514.779	31,803	Partido Liberal Colombiano
Luis Eduardo Garzón	680.245	6,155	Pólo Democrático*
Noemi Sanin	641.884	5,808	Movimiento Sí Colombia

Fonte: Registraduría Nacional del Estado Civil (Colombia)

* Nas eleições de 2002, o Pólo Democrático era uma coalizão constituída pelos movimentos ANAPO, Via Alterna, Frente Social y Político, entre outros.

ainda que em detrimento de garantias às liberdades civis da população.

Por outro lado, uma análise mais minuciosa nos revela uma ascensão da esquerda na Colômbia, haja visto que o PDI havia conseguido somente 6,155% dos votos

Dois fatores contribuíram para que os eleitores colombianos depositassem no dissidente Uribe a confiança que o elegeu por duas vezes presidente daquele país: sua trajetória política e seu perfil.

nas eleições presidenciais de 2002, em contraste com os 22,02% dos votos obtidos em 2006, à frente do candidato do Partido Liberal, Horacio Serpa Uribe. É importante destacar que mesmo a Colômbia, país que parece ser a exceção quanto a governos de esquerda ou centro-esquerda na América do Sul, parece estar afirmando um movimento da mesma natureza política com a ascensão do PDI.

Ambas as eleições revelaram também um outro aspecto significativo, qual seja, os índices elevados de abstenção nas eleições: em 2002, apenas 46% do eleitorado compareceu às urnas (11.249.734, num universo de 24.208.311 potenciais votantes) e, em 2006, registrou-se apenas 45,05% de participação, de acordo com a Registraduría Nacional del Estado Civil, organismo oficial eleitoral colombiano. Mesmo a política dos conselhos comunitários de Uribe, que busca aproximar o Presidente dos cidadãos – que tem por objetivo, de um lado, aumentar o interesse dos cidadãos pela política, e de outro, mostrar que o Presidente está ouvindo os “problemas do povo” e que trabalhará para solucioná-los –, empreendida desde o seu primeiro man-

O conflito colombiano e a segurança como slogan no projeto uribista

Qualquer análise que se proponha a compreender os processos políticos na Colômbia não deve se distanciar do fato desse país enfrentar um conflito de longa duração. A forte dicotomia campo-cidade, associada à ordem bipolar da Guerra Fria, constituiu o caldo sócio-político para o surgimento dos principais movimentos insurgentes na Colômbia, destacando-se as FARC e o Exército de Libertação Nacional (ELN). A incapacidade do Estado colombiano de apresentar uma resposta aos projetos revolucionários, por meio de políticas de

inclusão social e do estabelecimento de maior capilaridade das instituições estatais no território como um todo, abriu espaço para o aumento da complexidade do conflito armado, que passou a estar presente no país ora de forma latente, ora manifesta.

No período que coincide com o governo de Ernesto Samper (1994-1997) as FARC conheceram seu maior crescimento numérico no país – calculava-se em 20.000 o número de efetivos (Restrepo, 2004, p. 47) –, chegando até a se viabilizar como uma opção real de poder. Esse avanço político das FARC pode ser registrado na concessão de uma espécie de ‘representação diplomática’ a tal organização de guerrilha por parte de alguns governos na América Latina e na Europa. Porém, ao mesmo tempo, esse fato incentivou, paralelamente, o crescimento de grupos paramilitares anticomunistas como as Autodefesas da Colômbia (AUC). Para complementar o quadro dramático, a economia colombiana, que conseguiu escapar da “década perdida” da América Latina, experimentou sua primeira recessão econômica em 70 anos nos últimos anos do governo Samper. Em resumo, o cenário era praticamente de colapso e o país

parecia à beira de uma guerra civil intensa.

Se a crise econômica dos últimos anos no Equador forçou milhares de pessoas a abandonar o país, na Colômbia, desde a década de 1970, cerca de 72.796 colombianos se refugiaram em

outros países à procura de segurança física e institucional (ACNUR, 2007). Além disso, o país se encontra em terceiro lugar dentre os países que mais possuem ocorrências de deslocamentos internos: de acordo com a Consultoría para

Tabela 3
Resultados das eleições presidenciais de 2006

Candidato	Votos	Votos válidos (%)	Partido ou Movimento
Álvaro Uribe Vélez	7.397.835	62,35	Primero Colombia
Carlos Gaviria Díaz	2.613.157	22,02	Pólo Democrático Alternativo
Horacio Serpa Uribe	1.404.235	11,83	Partido Liberal Colombiano
Antanas Mockus Sivickas	146.583	1,23	Mov. Alianza Social Indígena

Fonte: Registraduría Nacional del Estado Civil (Colômbia)

dato, não parece ter produzido efeitos nos altos índices de abstenção, os quais põem em questão o nível de representatividade e de legitimidade do sistema político colombiano.

los Derechos Humanos y el Desplazamiento (CODHES), o conflito colombiano produziu, de 1985 a 2002, cerca de 2.900.000 deslocados internos no país (CODHES, 2003).

Os governos de Andrés Pastrana (1998-2002) e de Álvaro Uribe deram início à difícil tarefa de dar legitimidade ao sistema político tanto interna como externamente. Essa problemática passava, necessariamente, pela busca de soluções para o conflito armado de longa duração. Assim, Pastrana fez da segurança interna a prioridade de

Uribe definiu como um dos grandes lemas de sua campanha presidencial o combate à corrupção, que encontrava-se diretamente vinculada ao princípio de resgate da autoridade do Estado colombiano

sua agenda política presidencial. Em seu discurso de campanha, Pastrana chegou a afirmar que iria à selva se encontrar com líderes da guerrilha, se isso fosse necessário para alcançar a paz¹⁸. A gestão de Pastrana caracterizou-se pelas diversas tentativas de negociação junto aos grupos insurgentes, quase todas marcadas por um maior número de concessões do governo – que concedeu uma zona desmilitarizada de 42.000 quilômetros quadrados às guerrilhas¹⁹ – do que do lado dos insurgentes.

Em 20 de fevereiro de 2002, as FARC sequestraram um avião comercial em que viajava o presidente da Comissão de Paz do Congresso e reteve todos os passageiros. Na mesma noite, o presidente anunciava pela televisão, em rede nacional, o final do processo de paz. Em contraposição a este cenário doméstico, Pastrana teve mais êxito no aspecto externo, ao restabelecer plenamente as relações com o governo dos EUA²⁰.

O presidente deixou o governo com a imagem de um líder “fraco” internamente, principalmente devido ao fracasso do processo de negociações com os grupos guerrilheiros. O número de sequestros, que já vinha em ascensão desde o governo de Samper, aumentou significativamente ao longo do mandato de Pastrana: dos 2.860 sequestros registrados em 1998, chegou-se a registrar a cifra de 3.572 em 2000, e houve uma pequena redução no último ano de seu governo, quando houve 2.882 sequestros (FONDELIBERTAD, 2007). Além disso, em 2001 foram registradas de 1.500 a 2.500 mortes em decorrência do conflito nas áreas rurais do país (ICG, 2007). Foi em dados alarmantes como este que a campanha de Álvaro Uribe Vélez se apoiou, apresentando traços marcadamente distintos do plano de paz levado a cabo pela gestão anterior.

O carro-chefe da campanha presidencial de Uribe em 2002 tem nome específico: Política de Segurança

Democrática (PSD). Esta foi formulada com o objetivo de restabelecer a ordem e a integridade territorial na Colômbia e fortalecer a autoridade do Estado. Para estes fins, a PSD foi concebida sobre três grandes pilares: consolidação do território nacional²¹ (com destaque para o papel das forças armadas e uma desmobilização dos grupos paramilitares); eliminação do comércio das drogas ilícitas, fortalecendo para isso a política de fumigação das zonas de plantio e combate pelo exército aos grupos de narcotraficantes; e proteção das fronteiras, através de acordos com os países vizinhos (Villa, 2005).

Para cumprir esses objetivos, o número de efetivos militares e de unidades policiais seriam incrementadas, e as tropas seriam enviadas a diferentes pontos do país para pressionar as guerrilhas e os grupos de plantadores de coca e narcotraficantes. Por trás dessa estratégia, está a idéia de que esses grupos, ao terem cortados os seus ingressos financeiros provenientes do tráfico de drogas, seriam enfraquecidos, uma vez que o governo entende que o narcotráfico corresponde à principal fonte de financiamento das guerrilhas e dos paramilitares. Paralelamente, a PSD tratou de dar proteção militar a oleodutos, como o de Cano Limon, no Arauca colombiano, para evitar que os grupos armados conseguissem arrecadar taxas das empresas responsáveis pela extração do petróleo, através da ameaça à implosão desses canais.

Seu objetivo de consolidar o controle do território pelas forças de segurança tem dado sinais de sucesso. Uribe assumiu o governo com a meta de praticamente dobrar o contingente das Forças Armadas para fazer frente aos grupos insurgentes: atualmente, além de ser o quinto maior receptor de ajuda militar dos EUA, o exército colombiano possui um contingente de tropas terrestres superiores ao de importantes países da região como Argentina, Brasil e a Venezuela (ver Tabela 4).

A partir de 2004, a PSD teve seu aspecto militar adensado, com a entrada em cena do Plan Patriota, instrumento este que consiste numa fase mais dura da ofensiva militar contra as FARC, com reforço de unidades de inteligência, especialmente nos departamentos de Meta e Caquetá, onde se estima que a guerrilha concentre cerca de 17.000 efetivos.

Dois aspectos devem ser destacados do Plano: a farta assistência técnica e militar oriunda dos EUA; e a crença do governo Uribe de que, através desse plano, é possível desarmar as FARC, para que o governo possa, em condições mais favoráveis, dar início às negociações de paz, paralisadas desde o governo Pastrana.

Tal política parece ter tido alguns resultados positivos e de proveito para o governo Uribe. Apesar de as FARC ter

rem empreendido uma ofensiva considerável no início do primeiro mandato de Uribe, que incluiu vários atentados a bombas em Bogotá, a ampla ofensiva militar deflagrada contra os grupos guerrilheiros, intensificada após o Plano Patriota, produziu dois efeitos principais. Primeiramente, o recuo das FARC para um espaço do território mais reduzido que aquele com o qual contava durante o governo Pastrana: no final da década de 1990, as FARC controlavam 1.071 municípios; em finais de 2007, estavam confinadas a regiões próximas das fronteiras, como Equador, Peru e Venezuela²².

Em segundo lugar, com base em declarações de alguns analistas colombianos, parece que, pela primeira vez em mais de 40 anos de conflitos, as FARC e o ELN se encontram seriamente enfraquecidos política e militarmente.

por ONGs de direitos humanos internacionais²⁴ como zonas de expulsão de populações do sul da Colômbia, repressão a movimentos sociais e populares dessas regiões, perseguições políticas e desaparecimentos.

Além disso, o governo Uribe decretou o “Estado de comoção interior”, acentuando uma tendência já observada em governos anteriores: instituições como o judiciário cedendo suas funções judiciais a tribunais militares, que realizam processos sumários e acentuam a prática de tribunais de exceção em nome da luta contra o narcotráfico. Sensibilizada com essas críticas e denúncias de ONGs internacionais, a União Européia, em julho de 2003, aprovou uma declaração de apoio à PSD, mas condicionou esse apoio ao cumprimento por parte do governo Uribe a 27

Tabela 4

Distribuição dos Efetivos dentro das Forças Singulares (Força Terrestre)

	Argentina	Brasil	Colômbia	Venezuela
Oficiais	5.531	26.103	7.816	4.500
Graduados	21.274	52.265	28.777	2.900
Tropa	13.656	159.835	171.824	55.950
Total	40.461	238.203	208.417	63.350

Fonte: Atlas Comparativo de Defesa na América Latina. (Pp. 112, 139, 151, 299). Disponível em: <<http://www.resdal.org>>. Acesso em: 07 jun. 2007.

Como coloca Leongomez, “A hora do guerrilheiro heróico, que há tantos anos já passou pela América Latina começou também sua contagem regressiva na Colômbia” (2004, p. 76; tradução nossa). As afirmações de que o governo Uribe teria obtido vitórias no combate aos grupos armados se apóiam em dados como a redução no número de assassinatos, que caíram de 28.837, em 2002, para 18.111 em 2005. Nesse mesmo período, verificou-se queda nos seqüestros de 2.986 para 800 (Observatório de Direitos Humanos, 2008). Cabe destacar, entretanto, que órgãos que se dedicam à observação do conflito armado na Colômbia, como o Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU, têm demonstrado preocupação com possíveis omissões de violações de direitos humanos atribuídas às forças de segurança do governo²³.

Uribe capitalizou esses resultados ao receber um amplíssimo apoio da população colombiana que enxerga na sua política a grande responsável pela recuperação da legitimidade de um Estado que, até 2002, estava à beira do colapso institucional e social.

Mas a PSD também tem sido questionada em alguns aspectos. Por exemplo, as chamadas Zonas de Reabilitação e Consolidação no marco da PSD têm sido denunciada

recomendações da Seção dos Direitos Humanos da ONU em Bogotá (Restrepo, 2004, p. 50).

Em 2007, o Congresso dos EUA tomou talvez sua mais enérgica medida em relação às sistemáticas denúncias de violação dos direitos humanos na administração do presidente Uribe: congelou o pedido do executivo norte-americano de homologar a assinatura do Tratado de Livre Comércio com a Colômbia até não ter garantias de que o governo colombiano mudará sua posição em relação à violação dos direitos humanos.

Outro ponto polêmico tem sido a eficácia da política de incorporação à vida civil dos grupos paramilitares colombianos, especialmente das Autodefensas de Colômbia (AUC). O governo colombiano conseguiu em 2005 a aprovação da lei no. 975, ou Ley de Justicia, Paz y Reparación, cujo objetivo era “a reincorporação de membros de grupos armados organizados à margem da lei, que contribuam de maneira efetiva para a consecução da paz nacional”²⁵.

Embora a definição de “grupos armados al margen de la ley” abrigasse os grupos guerrilheiros, na prática, a lei se transformou num mecanismo de interpretação unilateral, através do qual o governo Uribe negociou o processo

de desincorporação dos grupos paramilitares. Essa atitude ambígua diante da lei fez com que surgisse uma relação dúbia no tratamento a paramilitares e guerrilha: a um grupo, oferece-se a política da cenoura, e a outro, a política do porrete militar. Enquanto a atitude do governo do Uribe parece bastante dura com relação a grupos como as FARC e o ELN, tal atitude parece mais soft com os grupos paramilitares colombianos, aos quais se lhes oferece uma política de incorporação à vida civil e política, enquanto tramitava-se no Congresso uma lei de alternatividade penal, com a qual seriam criados espaços para integrar os paramilitares na vida cívica, colocadas as condições para um cessar-fogo, o desarmamento e, possivelmente, a anistia de seus crimes passados.

Essa atitude ambígua leva a considerar que o governo Uribe utiliza os paramilitares como um instrumento de consolidação de zonas arrebatadas à guerrilha. De outro lado, enquanto o governo colombiano reivindica o qualificativo de grupo terrorista e narcotraficantes para os grupos guerrilheiros, poupa os paramilitares da mesma qualificação. Porém, a política de segurança democrática não eliminou completamente os grupos paramilitares; na realidade, estes têm assumido formas mais descentralizadas

A forte dicotomia campo-cidade, associada à ordem bipolar da Guerra Fria, constituiu o caldo sócio-político para o surgimento dos principais movimentos insurgentes na Colômbia.

de organização e atuação, deslocando-se para fronteiras de países vizinhos, como a Venezuela (ICG, 2007).

A questão da desmobilização dos paramilitares é um dos mais difíceis problemas de serem equacionados no sistema político colombiano do governo Uribe. Primeiro, porque o fenômeno do paramilitarismo na Colômbia está estreitamente vinculado às forças de segurança do Estado, especialmente do Exército colombiano, desde os anos 80. Esses grupos também contam com uma representação de deputados e senadores colombianos que assumem suas causas. Como sustenta o cientista colombiano Sanin, “Os paramilitares têm elaborado nos últimos 20 anos uma densa rede de cumplicidade com organismos de segurança do Estado(...) e também existem fortes vínculos entre paramilitares e poder político legal – Não só autoridades locais e regionais mas também com congressistas e funcionários” (Sanin; 2004, p. 68). Segundo, porque os grupos de guerrilhas e os paramilitares concorrem com o Estado colombiano na realização de diversas funções, em princípio estritamente estatais, e reivindicam autonomia. As FARC chegaram a possuir o domínio legal sobre territórios, em uma tentativa de processo de paz. De outro lado, atuam

do junto a um público radicalmente diferente (as FARC têm maior inserção nas áreas pobres e rurais, enquanto os paramilitares se apóiam na classe média), os paramilitares estão se tornando em grupos com grande autonomia como no caso da fronteira Norte da Colômbia.

No que diz respeito à meta de combate às drogas da PSD, também houve resultados questionáveis. O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) lançou, em junho de 2006, estudo que demonstra que a área de plantio de coca passou de 8.000 hectares (2004) para 86.000 em 2005, mesmo apesar das fumigaciones de cerca de 138.780 hectares e de erradicações de 31.285 hectares de tais plantios em 2005 (UNODC, 2005, p. 10). O cultivo agora se encontra espalhado por todo o país, com um aumento no número de comunidades afetadas pela dinâmica decorrente desse plantio. A estratégia utilizada pelos plantadores consistiu em reduzir o tamanho de seu campo, ou seja atomizar o que, ao final da década de 1990, eram campos de porte industrial, com mais de 40 hectares de extensão, a fim de dificultar a identificação dos alvos nas práticas de fumigação. Assim, a extensão média do campo de coca diminuiu de 1.3 hectares, em 2004, para 1.13 hectares em 2005 (ICG, 2007, p. 11).

Para além disso, esse quadro torna mais sensíveis as relações da Colômbia com os países vizinhos, pois, desde o primeiro mandato de Uribe, já se observa a (re)migração de cultivos ilícitos para países como Peru e Bolívia. De acordo com especialistas (ICG, 2007; UNODC, 2005), a observação de uma queda na produção de coca na Colômbia, sem repercussões para os vizinhos, somente seria possível por meio da implementação de um conjunto de políticas sociais e de desenvolvimento, além de uma reforma agrária, de modo a permitir aos pequenos fazendeiros que tenham uma forma alternativa de buscar o seu sustento.

No entanto, se o governo Uribe ainda não atingiu satisfatoriamente a meta de unir a fragmentada Colômbia, de construir o Estado nacional, o que decorreria do desarme dos grupos guerrilheiros e da eliminação ou redução ampla dos grupos de narcotraficantes, sua principal conquista política tem sido a legitimação doméstica de suas políticas. Cansada de tantos anos de conflito, a população colombiana parece estar disposta a perdoar os imensos custos políticos da solução de Uribe, custos estes que têm a ver com os excessos da aplicação das políticas repressivas de segurança interna em detrimento dos direitos humanos de parte da população civil das zonas em que se desenvolvem os conflitos entre exército e os grupos guerrilheiros (Villa, 2005).

As últimas eleições, em que Uribe se reelegeu por ampla

maioria (62%), apontaram claramente para aquela opção por parte de grandes contingentes da população governo. Assim como tem ocorrido em outros países andinos, como a Venezuela, mecanismos democráticos como a eleição, não têm tido necessariamente resultados de adensamento democrático e de tratamento correto dos direitos humanos. Porém, não se pode negar legitimidade aos resultados.

Política externa e segurança: as relações carnis com os EUA

Nos dois mandatos de Uribe, a componente externa da estratégia de consolidação e combate aos grupos insurgentes, paramilitares e de narcotraficantes do território colombiano tem sido a continuidade e aprofundamento das estreitas relações político-militares com os EUA.

Desde inícios de seu primeiro governo, Uribe teceu uma estreita aliança com os EUA, que incluiu uma declaração explícita de apoio à segunda guerra do Iraque, um amplo overlap de posições em comum em organismos internacionais e uma posição bastante similar quanto à luta antiterrorismo internacional após os eventos de 11 de setembro. Com efeito, como sustenta Luis Alberto Restrepo, “Uribe tem colocado toda a política exterior a serviço da segurança (Restrepo, 2004, p. 50). E, embora de imediato tenha obtido importantes êxitos políticos, financeiros e militares, sua estratégia hipoteca as relações internacionais da Colômbia, sobretudo com os vizinhos”. (Restrepo, 2004, p. 50).

Embora caiba ressaltar que a cooperação militar entre Colômbia e os EUA sempre foi intensa desde os dois períodos de Ronald Reagan (1980-1988), envolvendo assinaturas de acordos para o fornecimento de equipamentos, treinamento de militares e policiais e presença de assessores estadunidenses, duas condições ajudam a explicar a crença de Uribe sobre a indispensabilidade da “aliança estratégica” com os EUA para a consolidação do território nacional. A primeira delas é a forte coincidência de perfis ideológicos entre W. Bush e Uribe, embora tenha sido destacado o caráter mais pragmático do segundo (Coutinho, 2007). Em segundo lugar, embora acredite ser possível vencer militarmente as FARC e o ELN, o governo de Uribe compartilha a idéia que vigorou durante o governo de Pastrana, segundo a qual a Colômbia não teria condições internas para resolver por sua própria conta os problemas derivados de atividade de grupos guerrilheiros e produção e tráfico de drogas. Nas palavras de Bonilla, essa percepção firmou-se “na aproximação realista que acompanha as estratégias anti-drogas do Departamento de Estado focalizada na interdição e no controle, nesse sentido [aquelas] não poderiam ser eficazes, porque supõe capacidades que os Estados andinos particularmente não têm” (Bonilla, 2004, p. 154).

Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 influenciaram fortemente o relacionamento da política externa dos EUA com a Colômbia e com os países da região andina. Mas algumas das mudanças conceituais, que permitiriam um tratamento global de atores como guerrilha e narcotráfico sob a única categoria de “terroristas” já haviam sido amadurecidas antes do 11 de setembro. Nesse sentido, o ambiente doméstico colombiano projetou grande influência sobre a transição conceitual. Desde meados de 90, tanto o governo dos EUA como o governo colombiano vinham insistindo nos estreitos vínculos entre a guerrilha

Os governos de Andrés Pastrana e de Álvaro Uribe deram início à difícil tarefa de dar legitimidade ao sistema político colombiano tanto interna como externamente.

colombiana e os narcotraficantes. Nas palavras do presidente Ernesto Samper (1994-1998), a guerrilha colombiana tinha se “narcotizado” (Samper, 1997, p., 96-97), isto é, parte do financiamento da guerrilha das FARC e ELN passou a ter como principal fonte de financiamento “os impostos de guerra” e o pagamento por proteção a plantios, laboratórios e carregamentos dos narcotraficantes. Essa estranha aliança entre guerrilha e narcotraficantes passou a ser incorporada ao vocabulário político dos policy makers de Washington e Bogotá como narcoguerrilha. Nem mesmo quando a militarização da repressão anti-drogas em países como a Colômbia e o Peru tinha como objetivo encoberto o combate às forças guerrilheiras, tal objetivo fora colocado de forma tão explícita (Villa, 2005).

A administração W. Bush havia feito um alerta, já no início de seu governo em 2001, sobre a falta de atenção de seus antecessores com relação ao conflito armado na Colômbia. De acordo com a interpretação do governo W. Bush, esse conflito “aliava o marxismo-leninista aos benefícios da droga”. Para os dois presidentes, estava claro, portanto, que os EUA deveriam contribuir para acabar com o tráfico de drogas, deter a guerrilha e colocar um ponto final na violência que rondava o país.

Nesse sentido, as administrações de W. Bush e Uribe significariam uma mudança não apenas de ênfase, mas sobretudo de direção no tratamento da questão colombiana à medida que o conflito passou a ser visto mais como questão global do que algo limitado à região andina e aos vizinhos colombianos.

Em 1989, a administração W. Bush implementou a Iniciativa Regional Andina que direcionava fundos não apenas para a Colômbia, mas também a outros países an-

dinos, além do Brasil e Panamá. Posteriormente rebatizado de Iniciativa Andina Anti-drogas (Andean Counterdrug Initiative – ACI, na sigla em inglês), o programa obteve a aprovação no Congresso norte-americano para um orçamento de 700 milhões de dólares para 2003 e de 731 milhões de dólares para 2004. No entanto, em ambos os orçamentos, a prioridade dada à Colômbia era evidente: 63% dos recursos destinavam-se aos programas de erradicação e pulverização da droga em larga escala, assim como para o treinamento e compra de equipamentos militares, repartindo-se o restante entre Peru, Bolívia e Equador, nessa ordem.

Dos US\$731 milhões da ACI, 49% foram enviados para a Colômbia. Do total do fundo para a Colômbia, 36% destinaram-se a propósitos econômicos, sociais e de gover-

Enquanto a atitude do governo Uribe parece bastante dura com relação a grupos como as FARC e o ELN, tal atitude parece mais soft com os grupos paramilitares colombianos, aos quais se lhes oferece uma política de incorporação à vida civil e política

nança, enquanto os outros 64% para o combate às drogas e segurança. No caso do Peru e Bolívia, a quantia destinada para os setores econômico e social foi significativamente maior – 61% em ambos os países. Para o ano fiscal de 2003, o governo Bush enviou ao Congresso o pedido de US\$980 milhões para o fundo da ACI, dos quais 55% eram para a Colômbia. No ano fiscal seguinte, o pedido foi de US\$990.7 milhões, dos quais US\$463 milhões eram para financiar os programas de combate às drogas na Colômbia (Perl, 2006). Porém, com a ACI, em 2002 contemplam-se um total de US\$ 292 milhões de dólares para os vizinhos da Colômbia. O Peru recebeu US\$132 milhões; e Equador, e mesmo a Venezuela e o Brasil, países que haviam se oposto às medidas anti-drogas dos EUA na região, receberam, respectivamente, US\$ 37 milhões, US\$ 8 milhões e US\$ 12 milhões (Urigüen, 2005, p. 85). De acordo com Urigüen (2005, p. 86), no campo das medidas concretas, a ACI: (i) aumentou a assistência ao Peru para se proteger do ressurgimento do cultivo de coca, por meio da interdição e de programas de desenvolvimento alternativo; e respaldar os esforços do Equador para proteger sua fronteira com a Colômbia; (ii) aumentava os controles fronteiriços da Venezuela e do Brasil, bem como seus sistemas judiciais e seus programas de combate ao tráfico de drogas. (iii) e objetivava que se operasse nos países da região, um equilíbrio entre a aplicação da lei, os programas de segurança e o desenvolvimento social e econômico.

Além de fornecer apoio financeiro aos países da região andina, a ACI visava a objetivos políticos múltiplos: dar

assistência a seus “aliados” (Colômbia, Equador, Bolívia), persuadir aos países “duvidosos” (Peru) e pressionar os “opositores” (Venezuela e o Brasil). O objetivo era estabelecer uma política comum contra o narcotráfico na Colômbia. Em termos reais, porém, a iniciativa significou a intensificação da pulverização dos cultivos de maconha, folha de coca e papoula, a proibição de carregamentos destinados aos EUA e Europa, a extradição de condenados por narcotráfico e maior vigilância nos postos fronteiriços a fim de frear a movimentação de supostos terroristas de um país e para outro, o que gerava risco à segurança nacional.

Dessa forma, a estratégia de “empurrar para o sul” (Push in Southern) adotada pelos governos Clinton e W. Bush em relação à Colômbia traduziu-se na criação de três batalhões anti-narcóticos na área da selva das províncias de Putumayo, Caquetá e Guaviare. O objetivo era promover uma campanha de interdição e erradicação massiva de áreas de cultivo de folha de coca e papoula, que, a partir de 1992, simplesmente quadruplicaram, pulando de 38.000 hectares para 136.000 em 2000. Essa medida teve sérias conseqüências sobre a população e o meio-ambiente, provocando o desaparecimento de mais de 8.100 hectares de floresta tropical. Por outro lado, as áreas de cultivo do narcotráfico ampliaram-se para além das fronteiras colombianas, ocasionando sérios problemas aos países vizinhos (Villa, 2005).

De outro lado, dadas as amplas coincidências entre os governos de W. Bush e Uribe em matéria de terrorismo, a ACI apagou qualquer indício de estratégia diferenciada de combate a grupos guerrilheiros, paramilitares e narcotraficantes. Isso se torna evidente no documento A National Security Strategy, de 2002, ao referir-se ao caso específico da Colômbia: “Reconhecemos, na Colômbia, a ligação entre terrorismo e grupos extremistas, que desafia a segurança do Estado, e atividades de tráfico de drogas, que ajudam a financiar as ações de tais grupos (National Security Strategy, 2002). Ao mesmo tempo, o governo colombiano enfatizou no discurso o termo terrorista para referir-se aos grupos insurgentes e aos grupos de narcotraficantes, e, paralelamente, pressionou seus vizinhos para que incorporassem o mesmo tratamento a esses grupos.

A lista de organizações terroristas do Departamento de Estado do governo dos EUA de 2001, formada em grande parte por grupos que atuavam no Oriente Médio, considerou quatro grupos armados da América Latina, todos na América do Sul: as FARC, o ELN e a AUC, na Colômbia, e o Sendero Luminoso, no Peru. No entanto, desde 1997, o Departamento de Estado faz uma lista anual, conhecida como Organizações Terroristas no Exterior (Foreign

Terrorist Organizations – FTO, na sigla em inglês), para designar as organizações internacionais terroristas que são entendidas como uma ameaça à segurança nacional dos EUA. Enquanto as FARC e o ELN foram incluídas nas FTOs desde a de 1997, a AUC só passou a ser considerada uma organização terrorista na lista de 2001 (Cronin, 2003).

Em síntese, o Plano Colômbia, a ACI e a estratégia comum nas administrações W. Bush e Uribe sobre o tratamento de terroristas aos grupos armados apontavam para uma nova arquitetura de segurança regional, com especial ênfase na Colômbia. Essa nova arquitetura visava a mudanças conceituais nas concepções da National Security Strategy que haviam vigorado durante os governos Clinton, sendo a principal delas o conceito ampliado de terrorismo, que vai além do que se conhecia por “terrorismo tradicional”. Assim, de acordo com documento do Center For International Policy, antes do 11 de setembro, a administração W. Bush havia começado um “processo de revisão”, que considerava a possibilidade de suas políticas de segurança para a Colômbia irem além da luta anti-droga, a fim de auxiliar o governo colombiano em sua luta contra a guerrilha e os paramilitares (CIP, 2003). É interessante observar que essa estratégia de revisão conceitual e doutrinária é bastante congruente com a estratégia de minar, através da desqualificação moral de terroristas, a legitimidade dos grupos armados que contestam o monopólio da presença do Estado colombiano em âmbito nacional.

Conclusão

Mais do que um “presidente forte” (Sanin, 2004), Uribe representou um projeto conservador de reconstrução do Estado colombiano, cuja debilidade resulta da ação contínua de fatores desgastantes, como a corrupção, o narcotráfico, a exclusão social e um conflito que já se estende por mais de quatro décadas no país. Os índices de aprovação de Uribe obtidos em seu primeiro mandato ilustram a percepção positiva da população colombiana em geral, com relação à disposição de seu presidente eleito trabalhar com dedicação, a fim de resolver os problemas do país, principalmente o problema da violência.

Sua reeleição em 2006, por sua vez, simboliza o respaldo de uma ampla população às medidas de segurança empreendidas por Uribe, ainda que esta seja aplicada em detrimento do respeito às liberdades civis dos colombianos e dos direitos humanos. Mais do que isso, ambos os resultados eleitorais de 2002 e 2006 – mais fortemente o de 2006 – significaram uma opção dos eleitores colombianos pelas propostas de segurança de Uribe às propostas relativas ao aprofundamento da democracia no país. É nesse sentido que afirma Sanin: “De fato, no início de seu governo, Uribe propôs uma troca entre ‘menos liberdades’ e ‘mais segurança’, troca que se expressaria legislativamente

no chamado ‘estatuto antiterrorista’” (2004, p. 61).

No aspecto da segurança, a gestão de Uribe não tem sido tão linear como em princípio se poderia julgar. Sua política de segurança democrática tem conhecido importantes vitórias nos primeiros anos de seu mandato, como a recuperação de territórios que, até Pastrana, estavam sob domínio das FARC; e a captura de importantes membros das FARC. Para muitos colombianos urbanos e rurais, Uribe tem devolvido a possibilidade de transitar por uma grande parte do território nacional sem estar constantemente ameaçado pela possibilidade de ataques e seqüestros, ou por uma via interdita por uma patrulha da guerrilha ou dinamitada por uma bomba deste grupo. Com efeito, o governo foi capaz de isolar as FARC em algumas regiões e levou o Estado para locais em que os rebeldes faziam a lei²⁶.

Quanto aos grupos de narcotraficantes, entre 2002 e 2004, a política de fumigações e interdições conseguiu diminuir significativamente o número de hectares cultivadas de folha de coca, além de intensificar a política de deportações para os EUA de chefes da droga. Quanto aos paramilitares, ainda que a PSD não tenha sido bem-sucedida em paralisar completamente as atividades do grupo, especialmente das AUC, conseguiu uma alta desmobilização daqueles no marco da Ley de Justicia, Paz y Reparación. Uribe bem sabe que a presença do poder público em todo o território nacional, através de políticas de desarmamento, pacificação, combate e desmobilização desses grupos constitui o ponto-chave da construção do Estado nacional colombiano.

Um olhar mais atento, no entanto, nos permite constatar que o que parece ser o ponto forte da política de Uribe, a PSD, também é seu ponto fraco, devido aos déficits sociais e políticos que acaba gerando. Embora tenha sido responsável pelo recuo dos grupos armados, alguns problemas sociais do país têm recebido pouca atenção. Este é o caso dos deslocados internos, que têm sinalizado uma crise humanitária no país, cuja negligência do Estado tem despertado crescentes preocupações em organismos internacionais, por exemplo, o ACNUR. Durante a administração Uribe, o número de deslocados internos não se estabilizou e não diminuiu, pelo contrário: os números mostram um número similar aos do Iraque, em torno dos 3,5 milhões, segundo o ACNUR. Esses deslocados são produto tanto do conflito interno como das próprias condições de miséria social em que vive uma parte da população colombiana.

O aumento dos plantios de coca a partir de 2005, documentados pela ONU, também questiona a eficácia das políticas de linha-dura (interdições e fumigações) que o governo tem desenvolvido desde que Uribe assumiu.

Soma-se a isso o fato de que os acordos humanitários de intercâmbio de prisioneiros por reféns, que em princípio parecia ser um indicativo de que as guerrilhas têm sentido as pressões da PSD e do Plano Patriota, estão sofrendo, na verdade, um desgaste tanto para a guerrilha como para o próprio Uribe; e, de alguma maneira, foi o governo da Venezuela que tirou proveito político de uma ação que, em princípio, era para colocar as bases para uma futura mesa de diálogo entre o governo e as guerrilhas das FARC.

Além disso, a personalidade intransigente de Uribe é apontada por alguns analistas como um risco a uma tendência autoritária, colocando em perigo a já frágil democracia colombiana. Uribe está convicto da possibilidade de desarmar os grupos guerrilheiros por meios militares e os narcotraficantes pelas políticas de interdição. Trata-se de

Um olhar mais atento permite constatar que o ponto forte da política de Uribe, a Política de Segurança Democrática, também parece ser seu ponto fraco, devido aos déficits sociais e políticos que acaba gerando.

um dilema saber qual será o impacto de suas convicções e das ações práticas que disso derivam sobre as instituições democráticas colombianas. Como aponta Giraldo: “A natureza ainda tradicional da sociedade conduziu a um consenso sobre a democracia; mas, ante a aguda situação política, também se podem consolidar tendências autoritárias, colocando cada vez em maior perigo a democracia construída até hoje” (2007, p. 234). Nesse sentido, embora a Colômbia não seja uma exceção na região andina, o país constitui um exemplo substantivo de como os mecanismos democráticos podem ser aproveitados para resultados nem sempre democráticos.

Ainda que seja verdade, como apontado por Coutinho (2007), que Uribe se inscreve numa tendência de governos pragmáticos sul-americanos, seu problema parece maior que o do restante dos governantes sul-americanos, os quais têm sido classificados dentro da mesma tipologia (Hugo Chávez, Nestor Kirchner e Evo Morales, entre outros), uma vez que, na Colômbia, a fragmentação política tem se mostrado mais intensa do que nesses outros Estados. A democracia colombiana parece contingencial se tiver que depender das atitudes pragmáticas para conter os excessos das atitudes de linha dura do governante colombiano. Isso é reforçado quando levamos em conta que o objetivo principal da administração Uribe tem sido a consolidação do território colombiano, no qual se circunscrevem políticas como a PSD, o Plano Patriota, a Ley de Justiça, Paz y Reparación, o Estatuto Antiterrorista, as políticas militares conjuntas com os EUA e mesmo todas as manobras polí-

ticas para aprovar a emenda da reeleição. O balanço a favor das políticas de linha dura, simbolizado nos resultados eleitorais de 2006, colocam não mais um dilema, mas sim um claro saldo a favor da consolidação do Estado nacional, mesmo a despeito de restrições às liberdades civis ou ao resguardo dos direitos humanos.

No aspecto externo, as iniciativas conjuntas colombo-estadunidenses, de ênfase na “guerra às drogas” e na “guerra ao terror”, também incrementaram algumas pressões regionais, especialmente por parte dos vizinhos andinos. Embora hipóteses mais dramáticas não se sustentem, como a possibilidade do efeito spill over do conflito colombiano sobre os territórios de países vizinhos, o que parece certo é que tanto o Plano Colômbia como a ACI criam tensões novas para vizinhos andinos. Nos três primeiros anos de implementação do Plano Colômbia (2000 a 2002), havia um relativo consenso de que as plantações de coca haviam diminuído na Colômbia.

No entanto, parte das fronteiras de Equador, Peru e Venezuela com a Colômbia são contíguas às zonas de maior cultivo de coca na Colômbia (a saber, os departamentos de Nariño e de Sucumbios); ou são zonas de intensa atividade de grupos como as FARC e os narcotraficantes, no caso do Equador e do Peru; ou do ELN e de paramilitares, no caso da fronteira noroeste da Colômbia com a Venezuela. No caso do Equador, especialmente na província de Sucumbios, existe uma atividade regular de grupos narcotraficantes, funcionando ali também o 48º destacamento das FARC. Uma vez em curso, o Plano Colômbia e a PSD, os grupos de narcotraficantes e de guerrilheiros têm recuado cada vez mais em direção ao território do Equador e da Venezuela. Sabe-se também que, atualmente, a PSD não eliminou completamente os grupos paramilitares e que estes têm assumido formas mais descentralizadas de organização e atuação, deslocando-se para fronteiras de países como a Venezuela (ICG, 2007). O resultado geral disso é que, para esses países vizinhos, a prioridade nessas regiões limítrofes atingidas pelas políticas conjuntas da Colômbia e dos EUA não é a “guerra ao terror” ou a “guerra às drogas”, mas sim a estabilidade das fronteiras.

Em conclusão, se Uribe obtiver sucesso no combate aos diferentes grupos armados e na luta anti-droga, e, com isso, atingir a presença do Estado em todo o território colombiano, a sociedade civil colombiana lhe cobrará menos, no futuro, pelo déficit democrático gerado por suas políticas de linha-dura – e até descontinuará as tensões que gera com seus vizinhos andinos, além de justificar as “relações carnis” com os EUA –, mas, se não obtiver sucesso, Uribe será “só mais um presidente entre tantos outros” e terá contribuído para o aprofundamento do déficit demo-

crático na Colômbia. Se isso ocorrer, o Estado colombiano continuará sendo um Estado não plenamente nacional, no sentido weberiano do termo.

Notas

1 Discurso de posse (“Retomemos el lazo unificador de la ley, la autoridad democrática, la libertad y la justicia social”), 7 de agosto de 2002, Bogotá, Colômbia. Disponível em: <http://web.presidencia.gov.co/presidente>

2 Cabe destacar que as eleições de 2002 e de 2006 apresentaram um elevado índice de abstenção. Em 2002, apenas 46% do eleitorado compareceu às urnas (11.249.734, num universo de 24.208.311 potenciais votantes). Em 2006, registrou-se apenas 45,05% de participação (Registraduría Nacional Del Estado Civil. Dados disponíveis em: <<http://www.registraduria.gov.co>>. Acesso em 31 jan. 2008).

3 Os seguintes estudos são apontados como componentes da bibliografia central sobre o período La Violencia: PIZARRO, Eduardo. *Insurgencia sin revolución: la guerrilla en Colombia en una perspectiva comparada* (Tercer Mundo Ediciones, Bogotá, 1996); OBREGÓN, Aníbal Quijano. “Contemporary Peasant Movements”. (In: LIPSET, S.M. & SOLARI, Aldo (Eds.). *Elites in Latin America*. Oxford University Press, Nova York, 1967); CAMPOS, Germán Guzmán & BORDA, Orlando Fals & LUNA, Eduardo Umaña. “La Violencia” en Colombia (2 vols. Tercer Mundo Ediciones, Bogotá, 1962).

4 A trégua foi estabelecida em 1953, com o golpe de estado do conservador General Gustavo Rojas Pinilla. Entre 1954 e 1958, os líderes dos partidos nacionais começaram a cooperar com o Exército, a fim de suprimir o fenômeno crescente do banditismo nas zonas rurais, nocivo aos interesses econômicos dos hacendados dos liberais e dos conservadores. De acordo com Aníbal Quijano Obregón, o novo programa do governo contra a insurgência tinha começado a mudar a natureza da conflagração: de uma guerra civil entre partidos, a orientação de alguns grupos combatentes se tornou mais orientada à consciência de classe (OBREGÓN, 1967). Assim, embora a intensidade do conflito tenha diminuído desde 1958, os combatentes tinham se aliado contra a oligarquia da Frente Nacional, numa luta crescentemente revolucionária.

5 Esses vínculos conhecem seu ápice em 1994, quando do escândalo do financiamento de grupos paramilitares à campanha de Ernesto Samper. Os presidentes seguintes – Andrés Pastrana e Álvaro Uribe – foram eleitos com campanhas cujas propostas principais giravam em torno do lema da anti-corrupção. De acordo com um levantamento apresentado por Sanin (2004), feito a partir da imprensa (El Tiempo), houve 41 acusações penais contra congressistas relacionadas a vínculos com o narcotráfico durante os anos 90.

6 Segundo pessoas vinculadas ao Congresso, o movimento Colômbia Viva, advindo da “bancada uribista” e criado em meados de 2003, é respaldado por grupos das autodefesas, as quais reúnem paramilitares (Bleier & Arévalo, 2004).

7 Em janeiro de 2006, cinco deputados que pretendiam se candidatar às eleições de março foram expulsos de dois partidos uribistas sob tal acusação. Em março de 2007, além de uma série de outras acusações, foi tornado público um acordo assinado em 2001 por 30 deputados e um dos líderes da AUC, Rodrigo Tovart Pupo, com a finalidade de garantir o controle de diversas regiões por esses políticos e paramilitares, principalmente através de fraudes e de intimidação de rivais políticos e das autoridades. Salvatore Mancuso, um dos paramilitares envolvidos na série de escândalos que veio à tona na mídia no início de 2007, declarou que “seus amigos incluem 35% do Parlamento, além de 80 comandantes militares” (Carta Capital, Ano XIII, No. 438, 4 abr. 2007, p. 35).

8 Vale ressaltar que, embora a Constituição de 1991 tenha estabelecido a estrutura formal em torno da qual as eleições seriam realizadas, as condições de segurança em algumas regiões do país, em decorrência do conflito armado, tiveram efeito direto sobre a livre apresentação de candidatos nos processos eleitorais, bem como sobre o comparecimento de eleitores habitantes dessa região às urnas. Desse modo, parte dos resultados esperados com o advento da nova Constituição – notadamente, a ampliação do acesso de diferentes grupos à disputa política – não foram realizados.

9 Giraldo (2007) faz uma interessante análise sobre o sistema de partidos na Colômbia. Pelo fato de a grande maioria desses partidos que emergiram a partir da década de 1990 não ter ocupado postos estratégicos de poder, Giraldo especifica as dificuldades de se classificar o sistema partidário colombiano como “multipartidário” (segundo a conceituação de Sartori). Assim, o autor prefere classificá-lo como “multipartidário atenuado”: “no qual coexistem duas forças majoritárias (que controlam uma porcentagem ampla da eleitorado) e um número não depreciável de partidos e movimentos, em sua maioria com pouca participação real no poder (medida em votos e assentos), que em muitos casos têm sua origem nas dissidências dos partidos tradicionais (Liberal e Conservador)” (2007, p. 134).

10 O fracasso da estratégia das FARC de pôr em prática uma dupla estratégia, dotada de objetivos militares (por meio do grupo não-desmobilizado) e política (por meio da UP) levou o grupo a cortar seus laços com a UP e recorrer, novamente, às armas em 1989. Segundo Boudon (1996), essa “amarga lição” fez com que as FARC se tornassem mais relutantes a negociações que exigissem cessar-fogo.

11 Disponível em: <<http://www.latinobarometro>>.

org/>. Acesso em 31 jan. 2008.

12 Quando foi eleito vereador de Medellín, em 1984, Uribe fundou o Setor Democrático. Segundo ele, a intenção era ser “uma dissidência liberal em Antioquia, mas respeitar a organização nacional do partido [Liberal]” (Revista Semana, Edição 1047, 26 mai. 2002).

13 Análogos aos estados brasileiros.

14 O município de Urabá vivia uma situação delicada em função do recrudescimento do conflito armado em princípios da década de 1990. O setor majoritário do EPL havia abandonado as armas como parte da política governamental de re-inserção e passou a ser vítima de ataques das FARC. Em resposta à política de extermínio, o EPL ativou seus comandos, e o conflito entrou num espiral de violência.

15 Segundo dados oficiais, durante seu governo, Uribe eliminou 8.562 cargos do governo.

16 O referendo foi realizado em 25 de outubro de 2003. O mesmo significou a primeira grande derrota política de Uribe, que, não entanto, viu abalada sua popularidade por essa derrota. O referendo apresentava 15 questões, entre elas a redução do número de assentos no Congresso em mais de 20%, a obrigação do voto nominal nas votações de deputados, o estabelecimento de um teto para a aposentadoria do funcionalismo, o congelamento dos salários dos 940 mil servidores públicos por dois anos e a demissão de outros 8 mil.

17 É interessante observar que Gaviria Díaz derrotou Antonio Navarro Wolff, ex-militante do M-19 nas prévias eleitorais da coalizão.

18 Conforme discurso proferido em 8 de junho de 1998.

19 Em julho de 1998, Pastrana encontrou-se com Manuel Marulanda Vélez, líder das FARC, para negociação de um acordo de paz, no qual o governo cedeu à guerrilha uma zona desmilitarizada de 42.000 km² na região da selva colombiana. Esse acordo fazia parte de um plano de negociações denominado “Cambio para Construir la Paz 1998-2002”. Segundo alguns analistas, essa medida de Pastrana permitiu que as FARC se reagrupassem, realizassem treinamento e se armassem.

20 O governo de Ernesto Samper (1994-1998), antecessor de Pastrana, havia sido marcado por relações tensas entre Bogotá e Washington, devido a acusações direcionadas ao presidente colombiano de que sua campanha presidencial recebera financiamento de US\$ 3,5 milhões do cartel de Cali. A posição norte-americana de isolar o presidente chegou ao ponto de negar-lhe o visto para os EUA em julho de 1996. Para mais informações sobre as relações entre Colômbia e EUA durante a administração Samper, ver Crandall (2001).

21 O Núcleo dessa política são as Zonas de Reabilitação e Consolidação (ZRC), que incluem uma presença militar ativa e uma política de coordenação das zonas em conjunto com governadores e prefeitos.

22 O Estado de São Paulo, “Ações de terror enfraquecem as FARC”, 30/12/2007, p. A12.

23 Ver, por exemplo, “Report of the UNHCHR on the situation of human rights in Colombia 2005”, do Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU, de 16 de maio de 2006.

24 Consultar relatório da Human Right Watch sobre a Colômbia no site: <http://hrw.org/reports/2004/childsoldiers0104/5.htm>.

25 Ley 975 de 2005 (Julio 25), Diario Oficial.45.980.

26 Ver opinião do cientista político colombiano Palblo Casas, citado na matéria: “Ações de terror enfraquecem as FARC”, O Estado de São Paulo, 30/12/2007, p. A12

Referências Bibliográficas

ALVES, Marcos Celso. Um mandato para a Paz – o caso da negociação entre o governo de Andrés Pastrana e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (1998-2002). Rio de Janeiro, 2005, 145p. Dissertação de Mestrado Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, junho de 2005.

BLEIER, Elisabeth Ungar & ARÉVALO, Carlos Arturo. “Partidos y sistema de partidos en Colombia hoy: ¿Crisis o reordenación institucional? In Partidos políticos en la región andina: entre la crisis y el cambio. International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2004. Disponível em: <http://www.idea.int/publications/upload/pp_andean.pdf>. Acesso em 31 jan. 2008.

BONILLA, Adrián. “Percepciones de la amenaza de seguridad nacional de los países andinos: regionalización del conflicto colombiano y narcotráfico”. In: GÓMEZ, José Maria (org.). América Latina y el (des)orden global neoliberal. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

BOUDON, Lawrence. “Guerrillas and the State: the Role of the State in the Colombian Peace Process” In Journal of Latin American Studies, Vol. 28, No. 2 (maio). Londres, Cambridge University Press, 1996, pp. 279-97.

BOOTH, John A. “Rural Violence in Colombia: 1948-1963” In: The Western Political Quarterly, Vol. 27, No. 4 (Dec., 1974).

Carta Capital. “O uribismo está em crise”. Ano XIII, No. 438, 4 abr. 2007, pp. 34-5.

CIP International Policy Report, (2003). “The war on drugs” meets the war on terrorism: The United States invol-

- ment in Colombia climbs to the next level". Washington DC., february. Disponível em: <<http://www.ciponline.org/colombia/0302ipr.pdf>>. Acesso em 5 fev. 2008.
- Colombia.com. Programa dos candidatos às eleições de 2002. Disponível em: <http://www.colombia.com/politica/presidencia_2002/planes/>. Acesso em 30 jan. 2008.
- Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento (CODHES), 2003. Disponível em: <<http://www.codhes.org.co/cifras.php>>. Acesso em 30 jan. 2008.
- COUTINHO, Marcelo. "Novos ventos do Sul: um breve ensaio de economia política contemporânea" In OPSA. Análise de Conjuntura No. 1. Rio de Janeiro, IUPERJ, janeiro de 2007. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/26_analises_Novos_ventos_do_sul.pdf>. Acesso em 6 fev. 2008.
- CRANDALL, Russell. "Explicit Narcotization: US Policy toward Colombia during Samper Administration" In Latin American Politics and Society, Vol. 43, No. 3 (outono, 2001). Miami, School of International Studies, 2001, pp. 95-120.
- CRONIN, A. The FTO List and Congress: Sanctioning Designated Foreign Terrorist Organizations. CRS - Report for Congress. out. 2003. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/crs/RL32120.pdf>> Acesso em: janeiro, 2008
- Dados - eleições presidenciais da Colômbia 2002. Political Database of the Americas. Georgetown University. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Col/pres02.html>>. Acesso em 2 jan. 2008.
- Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC). "Colombia Coca Survey 2005". Organização das Nações Unidas, jun. 2006. Disponível em: <http://www.unodc.org/pdf/andean/Colombia_coca_survey_2005_eng.pdf>. Acesso em 31 jan. 2008.
- GIRALDO, Fernando. "Partidos y Sistemas de Partidos em Colômbia" In RONCAGLIOLO, Rafael & MELÉNDEZ, Carlos (eds.). La política por dentro. Cambios y continuidades en las organizaciones políticas de los países andinos. Lima, Internacional IDEA, 2007.
- _____. "Colombia: elecciones presidenciales 2002" In ALCEU, Vol. 3, No. 6 (jan.-jul. 2003). Rio de Janeiro, 2003, pp. 229-236.
- Internacional Crisis Group (ICG). "Colombia: la Política de Seguridad Democrática del presidente Uribe", Informe sobre América Latina No. 6. Bogotá/Bruxelas, International Crisis Group, 13 nov. 2003. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/library/documents/latin_america/06_colombia__uribe_dem__sec_sp.pdf>. Acesso em 31 jan. 2008.
- _____. "Los nuevos grupos armadas en Colombia", Informe sobre América Latina N°20, 2007, acesso em 02 fev. 2008.
- JIMÉNEZ, Alfredo Ramos.(2001). "Partidos y sistemas de partidos en las democracias andinas", in: Nueva Sociedad, No. 51 (mayo-junio).
- LEONGOMEZ, Francisco Gutiérrez. "Una luz al final del túnel. Balance estratégico del conflicto armado en Colombia" In Nueva Sociedad, No. 192. (jul.-ago.), 2004, pp. 72-84.
- Ministerio de Defensa Nacional. Fondo Nacional para la Defensa de la Libertad Personal (Fondelibertad), jun. 2007. Disponível em: <http://www.antisecuestro.gov.co/documentos/7_16_2007_4_58_07_PM_CifrasHistoricas.pdf>. Acesso em 31 jan. 2008.
- NATIONAL SECURITY STRATEGY OF THE UNITED STATES. (2002. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>>. Acesso em: 10 jan. 2008.
- OBREGÓN, Aníbal Quijano. "Contemporary Peasant Movements". In LIPSET, S.M. & SOLARI, Aldo (Eds.). Elites in Latin America. Oxford University Press, Nova York, 1967.
- Observatório de Direitos Humanos, Vice-Presidência da República da Colômbia. Disponível em: <www.derechoshumanos.gov.co>. Acesso em 31 jan. 2008.
- PARDO, Rodrigo. "Vuelve la esperanza: balance y desafíos de la administración de Álvaro Uribe en su primer año" In Seminário "Conflict and Peace in Colombia: consequences and perspectives for the future", organizado pela Fundación Ideas para la Paz, The Kellogg Institute of the University of Notre Dame e Woodrow Wilson Center. Washington, 22 set. 2004.
- PÉREZ M., Carlos Andrés. "Colômbia, Alvaro Uribe e os desafios de um novo sistema de partidos políticos". In Cadernos Adenauer - Promessas e esperanças: Eleições na América Latina 2006, Ano VII, No. 4. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2006, pp. 29-38.
- PERL, R. "International drug trade and US foreign policy". CRS - Report for Congress. Nov. 2006. Disponível em: <<http://193.43.76.2/pdf/other/RL33582.pdf>> Acesso em: fevereiro. 2008
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatório A Democracia na América Latina, Anexo Compilação Estatística, 2004b.
- Registraduría Nacional del Estado Civil - República de Colombia. Disponível em: <<http://www.registraduria.gov.co/>>. Acesso em 2 jan. 2008.
- RESTREPO, Luis Alberto. "La difícil recomposición de

- Colombia” In Nueva Sociedad, No. 192. (jul.-ago.). Caracas, Editorial Texto, 2004, pp. 46-58.
- Revista Semana, “La gracia es vencer el cansancio”. Edição 1108, 27 jul. 2003. Disponível em: <http://www.semana.com/wf_InfoArticulo.aspx?IdArt=71886>. Acesso em 31 jan. 2008.
- Revista Semana, “Um hombre complejo”. Edição 1047, 26 mai. 2002. Disponível em: <http://www.semana.com/wf_InfoArticulo.aspx?IdArt=489>. Acesso em 30 jan. 2008.
- SAMPER, Ernesto. “Ernesto Samper: gobernabilidad sin soberanía no vale la pena”. In: ARCHARD, Diego & FLORES, Manuel. Gobernabilidad: un reportaje de América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- SANÍN, Francisco Gutiérrez. “Ilegalidad y sistema político en Colombia: la agenda de Uribe Vélez” In Nueva Sociedad, No. 192. (jul.-ago.). Caracas, Editorial Texto, 2004, pp. 59-71.
- SARTI, Ingrid. “A conjuntura colombiana nos cem dias de Uribe” In OPSA. Análise de Conjuntura No. 1. Rio de Janeiro, IUPERJ, janeiro de 2007. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/26_analises_Novos_ventos_do_sul.pdf>. Acesso em 2 jan. 2008.
- ULLOA, Fernando Cepeda. “Álvaro Uribe: Dissidente”. In Política Externa, Vol. 12, No. 2 (Set./Out./Nov. 2003). São Paulo, Paz e Terra, 2003, pp. 97-107.
- URIGÜEN, H. M. Colômbia y sus vecinos frente al conflicto armado. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2005.
- VILLA, Rafael Duarte. “Los países andinos: tensiones entre realidades domésticas y exigencias externas”, In: América Latina a comienzos del siglo XXI - Perspectivas económicas, sociales y políticas.1 ed. Rosário : Homo Sapiens Ediciones, 2005, v.1, p. 141-202.
- VILLA, Rafael Duarte & OSTOS, Maria del Pilar. “As relações Colômbia, países andinos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança” In Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, Vol. 48, No. 2, p.86-110, 2005.